

Fonte: DOE LEGISLATIVO

Disponível em: http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v4/index.asp?c=4&e=20090618&p=1, acessado em 18-06-2009.

Data: quinta-feira, 18 de junho de 2009 Diário Oficial Poder Legislativo São Paulo, 119 (111) – 11

Audiência une categorias profissionais pelo pagamento integral dos precatórios



Luiz Fuchs, Paulo Neves, José Ghiotto, Carlos Gianazi, João Alberto Souza, Severiano Garcia Neto e Hermes Barbosa

Joel Melo

O coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Pagamento Integral dos Precatórios, Carlos Giannazi (PSOL), abriu o ato público desta quarta-feira, 17/6, advertindo para o perigo de a Proposta de Emenda a Constituição 12/2006, conhecida como PEC 12, “institucionalizar o calote”. A PEC 12 trata do pagamento dos precatórios de uma maneira que desmoraliza o Poder Judiciário, segundo análise do deputado e do representante do Conselho Federal da OAB, Raimundo Hermes Barbosa. Giannazi falou ainda que a dívida do governo de São Paulo com precatórios é de R\$ 16 bilhões, e a da prefeitura, R\$ 11 bilhões. “Oitenta por cento dos idosos que tinham precatórios para receber já morreram”, denunciou Giannazi, que falou também da extinção da carteira dos advogados administrada pelo Ipesp como “mais um tipo de calote que se juntou aos que conhecemos, como não pagamento dos gatilhos salariais, entre outros”. O representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo (Aprofem), José Ghiotto, falou da ação do governador Serra e do prefeito Kassab, que, segundo ele, pressionaram deputados de suas bancadas na Câmara para votarem favoravelmente à PEC 12. “O Tribunal de Contas, ao analisar a prestação de contas do prefeito, chamou de ‘pecadilho administrativo aceitável’ a gatunagem oficial do não pagamento dos precatórios. E quando os vereadores pediram o uso de verbas que estavam destinadas ao pagamento das ações de funcionários públicos, nenhum deles, mesmo os que se dizem nossos defensores, abriu a boca para defender nossos direitos”, lembrou Ghiotto. O professor defende ainda uma proposta de compra dos precatórios pelo governo federal, que pagaria as dívidas para os credores e, mais tarde, descontaria o valor dos repasses que faz aos Estados. O presidente da Unafisco Sindical, órgão que abriga os auditores fiscais da Receita Federal, Luiz Fuchs, fez questão de estar presente para solidarizar-se com os servidores das esferas estadual e municipal. Perguntado se havia alguma pendência de precatórios no nível federal, Fuchs falou da necessidade de uma ação contra a

Fonte: DOE LEGISLATIVO

Disponível em: http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/nav_v4/index.asp?c=4&e=20090618&p=1, acessado em 18-06-2009.

Data: quinta-feira, 18 de junho de 2009 Diário Oficial Poder Legislativo São Paulo, 119 (111) – 11

PEC 12 para não permitir precedentes que acabem sendo estendidos para todos. Fuchs contou, ainda, que a Unafisco está acompanhando com muita atenção a reedição da PEC 555/2006, que propõe a revogação do artigo 4º da Emenda Constitucional 41/2003, que instituiu a cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos servidores aposentados e pensionistas. Giannazi falou da importância do lançamento da Frente Parlamentar do Observatório dos Precatórios e do abaixo assinado contra a PEC 12. “Um movimento unificado é um primeiro passo importantíssimo para conseguirmos impedir a aprovação da PEC 12 na Câmara e conseguirmos o pagamento integral dos que é devido”, concluiu o deputado.